

Apontamentos para uma Geografia do Trabalho sob o capitalismo de plataformas: a análise dos circuitos da economia urbana e das relações sociais de produção dos trabalhadores por aplicativos no Largo do Machado, Rio de Janeiro

Thayana Santos Simões 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
simoesthayana@gmail.com

Regina Tunes 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
tunesregina@gmail.com

Pablo José Ciccolella 

Universidad de Buenos Aires | Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Buenos Aires, Argentina | Rio de Janeiro, Brasil
pablogger57@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa as transformações do trabalho no capitalismo de plataforma mediante estudo de caso dos entregadores do iFood no Largo do Machado, Rio de Janeiro. Ancora-se teoricamente nos circuitos da economia urbana de Milton Santos, atualizados por Montenegro e Tozi. A pesquisa qualitativa conjuga observação sistemática e entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2025. Os resultados evidenciam que o iFood opera como agente do circuito superior, impondo subordinação algorítmica e transferência de custos, enquanto se apoia em trabalhadores do circuito inferior. A psicosfera neoliberal naturaliza a precariedade, mas os entregadores constituem redes de sociabilidade, como grupos de WhatsApp, que engendram táticas coletivas de resistência. Conclui-se que a articulação entre os circuitos é estruturalmente assimétrica, atualizando processos históricos de reestruturação produtiva nas espacialidades urbanas contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo de plataforma; circuitos da economia urbana; trabalho por aplicativo; iFood; Largo do Machado.

INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo tem sido profundamente reconfigurado pela ascensão de um novo paradigma produtivo: o capitalismo de plataforma. Fundamentado na mediação digital e na gestão algorítmica, esse paradigma redefine as relações sociais e laborais, promovendo conexões instantâneas entre demandas urbanas e uma oferta de trabalho marcada pela precarização (Srnicek, 2017).

No Brasil, o iFood, empresa de origem brasileira que atua como uma plataforma digital de intermediação conectando consumidores, estabelecimentos parceiros e entregadores organizando pedidos, pagamentos e logística de entregas em diferentes segmentos da economia urbana emerge como caso emblemático. Sua consolidação foi intensificada a partir da pandemia de Covid-19.

Nesse cenário, diante do desemprego e subempregos, milhares de trabalhadores encontraram na plataforma uma estratégia de sobrevivência inserida na “lógica da redundância do trabalho vivo” (Alves, 2009, p. 9) e de estratégias que são conhecidas hoje pelo termo “viração”, que sintetiza a realidade de ter que “se virar” para sobreviver por meio de arranjos de renda instáveis, combinados e mutáveis (Rizek, 2006). Assim, materializam-se as relações sociais típicas do processo de plataformização, em que a aparente autonomia camufla uma relação assimétrica de poder que combina estratégias de mais-valor absoluto e relativo sob o prisma da flexibilidade (Harvey, 1992).

Feita a contextualização, o presente artigo discute alguns apontamentos sobre as relações sociais de produção a partir da análise das condições de trabalho dos sujeitos sociais que atuam como entregadores por meio da empresa iFood na região do Largo do Machado, no município do Rio de Janeiro. Espera-se, nessa discussão, evidenciar que a expansão do iFood e as condições de trabalho nessa área (re)produzem uma nova Geografia do Trabalho e tensionam a dinâmica entre os circuitos superior e inferior da economia urbana.

Entende-se aqui por Geografia do Trabalho o campo de análise geográfica que investiga as transformações contemporâneas do mundo do trabalho e suas repercussões espaciais, territoriais e paisagísticas, considerando a relação dialética entre trabalho e espaço. Conforme Thomaz Júnior (2010, pág 42), a Geografia do Trabalho busca apreender o metabolismo societário do trabalho por meio das categorias de paisagem, território e espaço, articulando a relação metabólica homem-meio e a regulação sociedade-espaço. Dife-

rencia-se, mas pode dialogar com a noção de circuitos da economia urbana de Milton Santos, na medida em que ambos consideram a espacialidade das atividades econômicas e do trabalho.

O Largo do Machado, oficialmente o nome de uma grande praça no bairro do Flamengo, na zona sul do Rio de Janeiro, é uma área de significativa concentração de pessoas e atividades comerciais e de serviços no urbano carioca. Possui uma estação de metrô, três pontos de ônibus e vans com grande movimento e que interligam as distintas regiões da cidade, atuando como uma área de forte centralidade urbana que, para além das questões de redes e fluxos, também se afirma como um *hotspot* para a economia plataformizada urbana. Esse termo designa, em princípio, um ponto de alta demanda em pedidos e chamados nas plataformas, mas, mais do que isso, deve ser compreendido como uma zona estratégica de espera e circulação que a própria plataforma, por meio de dados e algoritmos, sinaliza como tendo maior intensidade potencial de trabalho.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa que embasa este texto foi elaborada a partir de uma metodologia qualitativa que integra de forma multidisciplinar levantamento bibliográfico centrado nos temas de capitalismo de plataformas, condições de trabalho e economia urbana contemporânea com trabalho de campo na região do Largo do Machado para observação e entrevistas com os trabalhadores. As entrevistas foram realizadas durante o período de espera dos trabalhadores na praça do Largo do Machado ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro do ano de 2025. Respeitando o pedido dos trabalhadores, a identificação dos entrevistados foi ocultada ao longo do texto.

Para decifrar as implicações territoriais dessa realidade, adotou-se o referencial teórico metodológico dos circuitos da economia urbana proposto por Milton Santos (1979) e atualizado por autores como Fábio Tozi e Marina Montenegro. Entende-se, nesse sentido, que a plataforma opera na intersecção entre o circuito superior (tecnológico e financeiro) e o circuito inferior (intensivo em mão de obra e informal), gerando uma nova espacialidade do trabalho (Thomaz Júnior, 2002) denominada neste texto de Geografia do Trabalho.

Do ponto de vista contextual mais amplo, a atuação de empresas de plataformas como a iFood, que articulam tecnologia com exploração, se insere em disruptivas transformações da economia política global a partir da década de 1980. Conforme afirma Harvey (2008), o neoliberalismo emergiu como um

projeto de restauração do poder de classe das elites, centrado na desregulamentação e no encolhimento aparente do Estado. Tem como marco histórico o Consenso de Washington (1989), que funcionou como uma vassoura ideológica que varreu as alternativas desenvolvimentistas (Anderson, 1995) que surgiam em algumas partes do mundo. No Brasil, essa transição ocorreu de forma gradual e contraditória. Se o governo Collor iniciou a abertura comercial e a desestatização, resultando em uma perigosa desnacionalização (Fiori, 2007), a gestão FHC (1995-2002) representou a consolidação orgânica do modelo, simbolizada pelo desmonte do patrimônio público (Sader, 2013).

A radicalização¹ dessa agenda no Brasil ocorreu no período pós-2016, com medidas de austeridade fiscal e a reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017) no governo de Michel Temer. Embora promettesse gerar empregos, a reforma fortaleceu formas precárias de trabalho e ampliou a informalidade. Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2021) revelam que o desemprego atingiu o pico de 14% em 2020, criando o terreno fértil para o crescimento expressivo do trabalho por aplicativos, que cresceu 25,4% entre 2022 e 2024 (IBGE, 2024). Esses trabalhadores personificam a precarização, enfrentando jornadas instáveis, e estão sujeitos a intensos processos de vulnerabilidade social (Camargo; Melo; Jacob, 2022), como discutiremos ao longo do texto.

Para a realização e apresentação desse debate, o texto está estruturado em duas partes, para além desta introdução e das considerações finais. Na próxima parte, discutimos a relação entre reestruturação produtiva e o capitalismo de plataformas com o objetivo de compreender e apontar questões sobre as novas formas de subsunção real do trabalho ao capital que são fundamentais para o entendimento da acumulação do capital na contemporaneidade. Em seguida, aprofunda-se a análise das condições de trabalho e relações sociais de produção estabelecidas pelos trabalhadores na região do Largo do Machado, relacionando-as com a economia urbana. Por fim, nas considerações finais, retoma-se a hipótese central do texto no sentido de qualificar a natureza da nova Geografia do Trabalho, que tem como uma característica central a reafirmação da relação conflituosa e contraditória entre os circuitos inferior e superior da economia urbana.

¹ Utilizamos a expressão “radicalização da agenda” porque reconhecemos e concordamos com Abílio (2017) que a Reforma Trabalhista de 2017 ampliou a precarização das relações sociais, mas não a inaugurou. É preciso reconhecer que antes disso uma série de relações terceirizadas já eram parte das relações sociais do mercado de trabalho brasileiro.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O CAPITALISMO DE PLATAFORMA: NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL A PARTIR DA EMPRESA IFOOD

Se o neoliberalismo reconfigurou o Estado e a economia nacional e a Geografia do Trabalho forneceu as lentes para compreender essa transformação espacialmente, é através do complexo processo de reestruturação produtiva que essas dinâmicas macro encontram uma de suas materializações mais contundentes. Esse processo pode ser interpretado como uma resposta do capital a uma de suas contradições centrais: a tendência crônica à superacumulação — uma condição na qual capital e trabalho ociosos coexistem sem poderem ser reunidos para fins socialmente úteis (Harvey, 1992). A reestruturação produtiva representou, a partir desse prisma, uma ofensiva do capital para superar essa crise, reorganizando a produção e, principalmente, fragilizando a classe trabalhadora.

Harvey (1992) define a flexibilidade como o regime de produção que teria suplantado, em parte, o fordismo. Ele argumenta que a crise do fordismo pode ser entendida como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação, esgotando-se as possibilidades de deslocamento temporal (via endividamento e aceleração do tempo de giro do capital) e deslocamento espacial (via expansão geográfica). O novo paradigma passa a se basear na flexibilização generalizada, configurando-se como uma das principais respostas à rigidez fordista. Como complementa Brenner (2006), estaria em jogo uma reestruturação profundamente espacial, em que a “destruição criativa” se torna um mecanismo central para abrir novos campos de acumulação. Cabe notar, contudo, que a flexibilidade toyotista não suplantou completamente o fordismo/taylorismo, que persiste em diversos setores. Mais recentemente, soma-se a esse quadro o chamado de plataformização, que convive simultaneamente com os dois regimes anteriores, sem substituí-los.

Essa lógica é indissociável do neoliberalismo. No contexto brasileiro, essas transformações significaram uma reestruturação produtiva guiada por interesses globais e marcada por profundas desigualdades territoriais (Alves, 2009). Harvey (1992) demonstra que em condições de flexibilização o capital combina estrategicamente a busca por mais-valor relativo (via inovação tecnológica e organizacional, como os algoritmos das plataformas) com um retorno a formas de mais-valor absoluto (via intensificação do trabalho, redução salarial e precarização), criando um ecletismo nas práticas de trabalho.

No contexto nacional, as transformações produtivas e tecnológicas analisadas por Santos e Silveira (2001) sugerem como a reestruturação produtiva impactou a organização espacial do país. O território brasileiro teria passado a ser reordenado segundo os interesses da economia globalizada, o que contribuiu para a formação de um espaço fragmentado e seletivo. A desindustrialização de regiões tradicionais e o deslocamento de unidades produtivas para áreas com menor custo trabalhista ilustram o que os autores denominam de “seletividade espacial do capital” e o que Harvey (1992) teoriza como ajuste espacial — a absorção de capitais excedentes através da expansão geográfica para novas fronteiras de acumulação.

Alves (2009) demonstra que na Região Metropolitana de São Paulo os postos de trabalho no setor industrial reduziram-se de 33% (1989) para 20% (2001), evidenciando uma dramática reconfiguração. Essa reorganização encontra expressão na construção de novos eixos logísticos voltados para atender à lógica *just-in-time*. Haesbaert (2020) discute como a multiplicação de territórios-zona (fluxos) tende a sobrepor-se aos territórios-região (fixos), criando uma geometria variável do poder territorial. O território brasileiro parece operar, assim, em duas velocidades: de um lado, espaços fortemente integrados aos fluxos globais; de outro, vastas áreas excluídas ou subordinadas. Essa dualidade expressa o que Thomaz Júnior (2002) denomina de “espacialidade do trabalho”.

Se no plano técnico-produtivo a flexibilidade transformou os modos de produzir, no plano social ela está associada a um novo regime de precariedade estrutural. Conforme analisa Ricardo Antunes (1999; 2018), a reestruturação produtiva está na origem de uma fragmentação profunda da classe trabalhadora, com a ascensão de formas de trabalhos flexíveis em detrimento do emprego estável. Standing (2011) conceitua essa nova classe social emergente como o “precariado”, que se distingue do proletariado tradicional por sua falta de segurança laboral e de identidade profissional.

Nesse cenário, a ideologia do empresário de si mesmo, difundida pelo discurso neoliberal, busca transformar o trabalhador em uma espécie de microempresa individual. Lazzarato (2014) avança ao discutir como as máquinas de gestão produzem subjetividades adequadas ao novo regime. Estaríamos diante então de uma internalização da precariedade, na qual a insegurança é apresentada como liberdade. É precisamente nesse contexto que o conceito de psicoesfera neoliberal, associado à perspectiva da base material da tecnoesfera, ambos os termos cunhados por Milton Santos (1979), se tornam

fundamentais, atuando na promoção da internalização de imperativos como competitividade e auto-otimização.

Esse processo promoveu o que se caracteriza como uma ofensiva histórica que fragmentou a classe trabalhadora (Antunes, 2018), constituindo um novo metabolismo social baseado na lógica da redundância do trabalho vivo (Alves, 2009). Tal ofensiva corrói laços de lealdade e narrativas profissionais coerentes (Sennett, 2006).

Foi nesse terreno — marcado pelo desemprego estrutural e pela erosão dos direitos — que o trabalho por aplicativo encontrou condições ideais para florescer. Os relatos dos entregadores no Largo do Machado revelam que a adesão à plataforma é movida por uma pressão dupla, material e subjetiva. De um lado, consolidou-se uma ojeriza à CLT, expressa na valorização de uma suposta autonomia em contraposição ao que é vivido como o “cabresto” do emprego formal, como podemos notar na fala a seguir:

Prefiro mil vezes fazer meus horários do que voltar a ser CLT e ter que pedir permissão para ir ao médico, para sair mais cedo para cuidar dos meus filhos.
C.C., 28 anos.

A outra face dessa situação é a carência absoluta de opções viáveis no mercado de trabalho tradicional. A plataforma não é uma escolha entre iguais, mas a alternativa percebida como mais tangível frente ao dilema de escolher entre desemprego ou subemprego mal remunerado. Outro relato elucida isso mais claramente:

Sem ensino médio completo, que emprego me pagaria o que eu consigo, no meu pique, em uma semana boa no iFood? R.S., 27 anos.

A precarização é, assim, aceita não apenas pela necessidade econômica, mas por ser revestida de uma narrativa de emancipação perante um modelo formal que foi simultaneamente desacreditado e tornado inacessível.

Os “pontos de espera”, locais em que os trabalhadores se reúnem à espera dos pedidos pela plataforma e que, em geral, são caracterizados por áreas nas cidades com grau elevado de centralidade urbana, como é o caso do Largo do Machado, são a materialização concreta da seletividade espacial do capital (Santos; Silveira, 2001). Essa centralidade urbana é apropriada como um território estratégico para a acumulação do capital, onde os custos de infraestrutura são transferidos para os trabalhadores e para o espaço público.

A observação sistemática revela as condições materiais da precariedade: trabalhadores submetidos à intempérie, sem acesso a banheiros ou locais de descanso. A paisagem resultante — de trabalhadores aguardando junto a

estações de bicicleta compartilhada — é a expressão visível da corrosão do caráter (Sennett, 2006), em que a instabilidade se torna a regra.

Figura 1 – Entregadores descansando entre corridas*



* Entregadores descansando entre corridas no ponto de espera do Largo do Machado. Largo do Machado, Catete, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2025.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2025.

O avanço de empreendimentos como o iFood é o sintoma de um adoecimento mais profundo² do mundo do trabalho. Sua expansão só foi possível

2 Não se pretende aqui nostalgizar um pretérito trabalho “saudável” do passado, uma vez que as formas precedentes de organização laboral já continham, em diferentes graus, marcas de insalubridade, desproteção jurídico-social e instabilidade contratual. A hipótese que se avança é outra: as condições de trabalho atuais, longe de inaugurarem uma ruptura radical com esse histórico, aprofundam e reconfiguram tais patologias estruturais agora sob novas roupagens institucionais e tecnológica impondo diferentes tipos de riscos à saúde física, psíquica e à segurança dos trabalhadores.

porque o terreno social havia sido adubado por décadas de reestruturação produtiva e ataque sistemático aos direitos, como já sintetizado na introdução. O trabalhador que atua como entregador personifica o precariado (Standing, 2011): um trabalhador que internaliza os riscos do capital e é governado por uma lógica de instabilidade absoluta. Contudo, a observação empírica revela que, embora precarizados, os entregadores desenvolvem estratégias coletivas de sobrevivência e formas de solidariedade que contestam, na prática, a lógica individualizante que discutimos na seção seguinte.

CAPITALISMO DE PLATAFORMA E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO LARGO DO MACHADO, RIO DE JANEIRO

Nick Srnicek (2017) pontua que a origem do que se denomina hoje como capitalismo de plataforma foi a crise financeira de 2008, que, dentre outros desdobramentos, impulsionou a desregulamentação financeira e o deslocamento do processo de reprodução do capital em direção à economia digital, inaugurando uma nova etapa da acumulação baseada em plataformas digitais — estruturas que funcionam como infraestruturas de intermediação e coordenação de usuários, extraíndo valor das interações e dos dados gerados por esses grupos.

Srnicek (2017, p. 48) define as plataformas como “modelos de negócios que dependem da coleta, processamento e análise de dados para gerar e capturar valor econômico”. Empresas como Google, Amazon, Uber e iFood tornaram-se símbolos desse processo, consolidando-se como monopólios de informação. Entre as principais características do capitalismo de plataforma, Srnicek (2017) destaca a extração e o monopólio de dados, que se tornam o novo recurso estratégico do capital; os efeitos de rede, que reforçam sua tendência à concentração; e a externalização de custos e riscos, transferidos aos trabalhadores e usuários.

O crescimento da atuação das plataformas nas diversas atividades econômicas no mundo nos últimos anos é impressionante, assim como é assustador o nível de centralização e concentração do capital. Segundo dados da UNCTAD (2024), as plataformas digitais tiveram um aumento de 55% nas transações entre 2019 e 2021. A quantidade de pessoas que realizam compras online também apresentou um crescimento vertiginoso, registrando 2,3 bilhões de pessoas comprando online no mundo em 2021, um aumento de 68% em relação a 2017. Isso mostra que a plataformização não se restringe

apenas ao campo empresarial; ela já estrutura hábitos cotidianos de consumo em escala global.

Do ponto de vista da centralização e concentração econômica, segundo dados também da UNCTAD (2019), apenas cinco grandes grupos digitais — Amazon, Apple, Alphabet, Microsoft e JD.com — controlaram 48% das vendas globais realizadas em 2025, além de mais de 70% da receita mundial de publicidade digital. Estados Unidos e China concentram cerca de 90% da capitalização de mercado das maiores plataformas digitais do mundo.

Srnicek (2017) também evidencia o caráter rentista dessas empresas, que não se baseiam necessariamente na produção direta de bens ou serviços, mas sim na apropriação de rendas derivadas da posse e do controle de infraestruturas digitais. Como afirma o autor, o capitalismo de plataforma é “uma forma de capitalismo rentista baseada no controle de infraestruturas digitais e na captura de dados” (Srnicek, 2017, p. 92). Nessa perspectiva, a acumulação se desloca da produção para a extração contínua de rendas, tornando as plataformas verdadeiras *gatekeepers* (porteiros) da economia digital.

No caso de empresas como o iFood, a plataforma não comercializa a comida nem presta o serviço de entrega; o que ela oferece é a infraestrutura digital que conecta restaurantes, consumidores e entregadores, cobrando taxas sobre cada uma dessas relações. Srnicek (2017, p. 84) explica que as plataformas operam segundo uma lógica de mercado bilateral. A mercadoria central, portanto, não é o alimento entregue, nem o trabalho em si, mas a intermediação. Como observa Morozov (2018, p. 46), “as plataformas transformam a intermediação em uma mercadoria essencial, capturando valor sobre cada transação que ocorre dentro de seus ecossistemas”. A trajetória do iFood ilustra bem como uma empresa-plataforma se transforma numa infraestrutura essencial de mercado.

O iFood foi fundado em 2011, em Jundiaí, estado de São Paulo, por estudantes da Universidade Estadual de Campinas. Inicialmente, a empresa atuava como um guia impresso de cardápios chamado *Disk Cook*, mas rapidamente migrou para o ambiente digital, lançando seu site e aplicativo em 2012 (iFood, 2025a). A entrada da Movel, grupo brasileiro de tecnologia, em 2013, foi decisiva para o crescimento acelerado da empresa (Meio e mensagem, 2013).

Mais recentemente, o iFood passou por uma internacionalização societária gradual que se consolidou em 2022, quando a Movel adquiriu os 33,3% restantes e passou a deter 100% da empresa; essa estrutura hoje está inserida na Prosus, holding global de internet sediada em Amsterdã, listada desde

2019 e controlada majoritariamente pela Naspers, com atuação em mais de 100 mercados³. Esse percurso evidencia a plataformização, entendida como a reorganização do trabalho e dos serviços por meio de dados, algoritmos e gestão algorítmica, em imbricação com a financeirização e a racionalidade neoliberal. Assim, o iFood deixa de ser visto apenas como uma empresa de delivery e passa a ser compreendido como parte de um modelo de acumulação em que a intermediação digital do consumo e do trabalho cotidiano se articula à centralização de dados, à concentração de capital e às estratégias de valorização de grandes grupos transnacionais.

Atualmente, o iFood se consolidou como a maior plataforma de delivery da América Latina. Em 2025, a empresa anunciou investimentos diretos de R\$17 bilhões no Brasil (iFood, 2025b). Segundo dados institucionais, o aplicativo opera em mais de 1.500 municípios brasileiros, com cerca de 400 mil estabelecimentos cadastrados e 55 milhões de clientes ativos, totalizando 120 milhões de pedidos mensais, número alcançado em março de 2025 (iFood, 2025b; UOL, 2025). A experiência do trabalhador de aplicativos, como o iFood, combina uma aparente liberdade de horários com um controle intenso e opaco mediado por algoritmos. Eles definem rotas, tarifas, distribuem corridas e implementam sistemas de reputação baseados em metas, bônus e notas (Grohmann, 2020; Benvenute, 2019). Tal forma de controle caracteriza a chamada “subordinação algorítmica”.

As entrevistas realizadas no ponto de espera do Largo do Machado revelam como essa subordinação é vivida cotidianamente. Os trabalhadores relataram que, apesar da sensação de autonomia, são pressionados constantemente pelo algoritmo:

O app decide quanto vou ganhar e quais corridas posso aceitar. R.F., 20 anos.

Ficamos na praça esperando corridas, no sol, na chuva ou na sombra. Mas temos que estar sempre prontos, porque se o app não chamar, não tem renda. L.O., 19 anos.

As notas e rankings criam ansiedade. Você sente que está sempre sendo avaliado, e isso afeta quanto você consegue ganhar. R.F., 20 anos.

Antunes (2019) argumenta que o capitalismo contemporâneo transforma o trabalhador em “quase-burguês”, fazendo-o acreditar que sua renda depende exclusivamente de sua dedicação e habilidade em gerir-se como

3 Dados e informações disponíveis em <https://institucional.ifood.com.br/noticias/mobile-passa-a-deter-100-do-ifood-em-transacao-de-ate-r-94-bilhoes/>. Acesso em: 22 mar. 2026.

Microempreendedor Individual (MEI)⁴. No iFood, essa ideologia é reforçada pela gamificação, como os relatos abaixo demonstram.

O app tem missões e pontos diários. Se não bater, parece que não trabalhei direito. Então, corro o dia inteiro para não perder oportunidades. J.V., 22 anos.

Os rankings mostram quem está na frente e quem está atrás. Isso dá um nervoso, mas faz a gente trabalhar mais. J.V., 22 anos.

A gente é dono do nosso trabalho, mas no fundo é o app que manda em tudo. É como se a gente jogasse um jogo em que sempre perde se não correr mais. J.V., 22 anos.

Milton Santos (1996) conceitua a psicosfera como o conjunto de valores, crenças e comportamentos difundidos por uma ideologia que molda a subjetividade. A psicosfera, como já lembramos anteriormente, precisa ser entendida como uma dimensão indissociável da tecnoesfera. Enquanto esta última tem relação com a base material e operacional das plataformas, como os aparatos tecnológicos e digitais, a psicosfera se manifesta na forma de hiperindividualismo, competitividade e responsabilização individual, como as passagens abaixo dos trabalhadores por aplicativos revelam.

Se a renda é baixa, a culpa é minha porque não aceitei corridas suficientes ou não corri rápido o bastante. C.C., 28 anos.

É você contra você mesmo o tempo todo. Todo dia parece uma disputa, e ninguém te ajuda se não der certo. M.S., 21 anos.

A gente fica na chuva, sol, calor, espera no chão ou sentados na bicicleta, mas sente que precisa continuar correndo para ganhar. É parte do trabalho. L.O., 19 anos.

A partir da análise do capitalismo de plataforma como expressão recente da reestruturação produtiva, este item propõe, também, um retorno crítico à teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (1979). Além da contribuição seminal de Santos, mobilizam-se as contribuições e atualizações de pesquisadores como Fábio Tozi e Marina Montenegro para compreender como essa dualidade estrutural se reconfigura frente às novas formas de trabalho e circulação nas cidades contemporâneas.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (1979) esquematiza a coexistência de duas formas de dinâmica econômica na cida-

4 No Brasil, o Microempreendedor Individual (MEI) é uma categoria jurídico-tributária simplificada, voltada à formalização de trabalhadores por conta própria de baixa escala, permitindo CNPJ, enquadramento no Simples Nacional e atuação sem sócios, com até um empregado e limite legal de faturamento. O MEI também pode ser compreendido como um mecanismo de individualização dos custos, riscos e responsabilidades do trabalho, muitas vezes mobilizado para substituir vínculos assalariados por formas mais flexíveis e socialmente menos protegidas de inserção laboral.

de. De um lado, o circuito superior é composto por atividades modernas, capital-intensivas e integradas às redes globais: “bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadoras” (Santos, 1979, p. 40). Do outro lado, o circuito inferior reúne atividades de pequena escala, baixa capitalização e tecnologia rudimentar, voltadas ao consumo das camadas populares, tais como “formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo e comércio não moderno de pequena dimensão” (Santos, 1979, p. 40).

Mais do que uma simples segmentação, trata-se de uma relação hierárquica e interdependente. Santos (1979, p. 48) é enfático ao afirmar que “a atividade do circuito superior tende a controlar a economia por inteiro”, enquanto “o circuito inferior [...] tende a ser controlado, subordinado, dependente”. No contexto do capitalismo de plataforma, essa articulação revela-se particularmente fértil para a análise. As plataformas digitais — como iFood, Uber e Rappi — operam como agentes típicos do circuito superior, pois mobilizam tecnologias avançadas, fluxos financeiros globalizados e estratégias de concentração de mercado. Simultaneamente, estruturam sua operação apoiando-se em um contingente massivo de trabalhadores que atuam sob lógicas características do circuito inferior: baixa regulação, ausência de proteção social, remuneração instável e inserção precária no espaço urbano.

Conforme aponta Montenegro (2012), a teoria dos circuitos surgiu como uma ruptura com os modelos dualistas. Santos propôs, em vez disso, uma visão relacional e dialética, na qual os dois circuitos são subsistemas interdependentes de um único sistema urbano. Em contraste com o circuito superior, o circuito inferior reúne as atividades econômicas de menor escala, menor capitalização e menor incorporação tecnológica, geralmente voltadas para o mercado local e profundamente enraizadas nas condições de vida das populações urbanas pobres (Santos, 1979).

De acordo com Santos (1979), o modelo de crescimento econômico vigente favorece uma distribuição de renda cada vez mais desigual, além de dificultar a ampliação do emprego e o fortalecimento de um mercado interno para os produtos modernos. Nesse contexto, o autor aponta que a existência do circuito inferior da economia urbana figura como uma das principais consequências desse quadro.

Para Santos (1979), a coexistência entre os dois circuitos não exprime uma relação dual, mas de interdependência assimétrica. Montenegro (2012) reforça que, embora existam complementaridades entre os circuitos, elas não

eliminam a concorrência nem as hierarquias existentes, sendo o circuito inferior, na prática, dependente do circuito superior.

Nesse contexto, pesquisadores como Marina Montenegro e Fábio Tozi têm desempenhado um papel crucial na atualização da análise dos circuitos da economia urbana no contexto da plataformação de relações sociais. Montenegro (2023) ressalta que os nexos entre os circuitos da economia urbana complexificam-se em um movimento combinado de redefinição de seus cri-vos. Tozi et al. (2021) demonstram empiricamente esta interseção ao analisar as plataformas de transporte, argumentando que empresas como Uber e iFood situam-se no circuito superior. Simultaneamente, a força de trabalho que operacionaliza estes serviços está majoritariamente vinculada ao circuito inferior, caracterizado pela precarização.

Como observam Tozi *et al* (2021), novos nexos tecnológicos e informacionais se estabelecem entre os circuitos econômicos e atualizam a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior. Sobre essa relação, Montenegro (2023) é categórica ao afirmar que “aprofunda-se, assim, não só a complementaridade, mas, sobretudo, a subordinação do circuito inferior em relação ao superior” (*op cit*, p. 9). O trabalho por plataforma materializa essa dependência através do controle algorítmico e do mecanismo de “vampirização” (Tozi, 2023), que seria a apropriação, pela corporação, de formas de organização do trabalho e da prestação de serviços de deslocamentos marcadamente pertencentes à economia popular (Tozi; Duarte; Leite, 2023, p.3).

No contexto específico do iFood, essa dinâmica se manifesta de forma visível. A plataforma impõe sua lógica através do algoritmo, que redefine os fluxos e usos do território. No Largo do Machado, observa-se essa reconfiguração espacial através da concentração de entregadores em pontos estratégicos, os chamados *hotspots*, como a observação abaixo relata.

A gente fica ali no ponto da Praça esperando corrida. O aplicativo direciona tudo pra cá porque tem muitos restaurantes e muita gente pedindo. Mas a gente paga o pato, fica horas esperando e só vem corrida é tudo perto [sic], de 5, 6 reais. M.S., 19 anos.

Durante o levantamento de campo no Largo do Machado, também foi possível observar a extensão dos deslocamentos realizados pelos entregadores. Em uma das entrevistas, encontramos um dos entregadores dentro do metrô, a caminho do ponto de espera. Ele revelou morar na favela do Borel, na Tijuca, a cerca de 11km do Largo do Machado.

Essas concentrações refletem uma profunda reconfiguração da hierarquização espacial da cidade. Como demonstra Lencioni (2008), a metrópole

contemporânea opera sob uma dialética entre concentração e centralização do capital. Nesse contexto, as plataformas digitais criam novas centralidades baseadas exclusivamente na eficiência econômica das rotas de entrega, o que evidencia que a produção social do espaço não é neutra. No delivery do iFood, a concentração de entregadores em áreas lucrativas evidencia como a plataforma reestrutura o espaço urbano para maximizar lucros, criando centralidades informais que reproduzem desigualdades.

Figura 2 – Entregador no metrô realizando seu deslocamento diário até o Largo do Machado*



*Entregador e sua mochila da empresa iFood no vagão do metrô a caminho do ponto de espera do Largo do Machado. Linha 1 do MetrôRio, Rio de Janeiro. 11 set. 2025.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2025).

Figura 3 – Ponto de espera do Largo do Machado*



*Entregadores penduram suas mochilas em árvore no ponto de espera. Largo do Machado, Rio de Janeiro. 16 set. 2025
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2025).

Consideramos que a relação de dependência entre os circuitos se aprofunda ainda mais através da transferência de custos que a empresa realiza para os trabalhadores do circuito inferior. Os entregadores arcam integralmente com as despesas de manutenção de seus equipamentos, enquanto o iFood captura parcela significativa do valor gerado. Esta lógica é vivida na prática pelos entregadores, como podemos concluir a partir das falas abaixo.

Comprei uma bike pra render mais, foi R\$ 800. Tô pagando ainda. Mas aí a plataforma baixou de novo as tarifas. A gente se mata pra comprar os equipamentos, e eles ficam com a maior parte. É uma escravidão, só que a gente paga pra trabalhar. R.S., 27 anos.

Alugo a bike por R\$ 43 o mês no Bike Itaú, se ultrapassamos o tempo, tem que pagar a taxa, pago taxa extra quase todos os dias. Sem contar com comida, mas ainda tenho que pagar aluguel da casa, luz, água. F.S., 55 anos.

Na fala do trabalhador acima, identificado como F.S., é reveladora a inadequação dos sistemas de bicicletas compartilhadas para o trabalho profissional, o que Montenegro (2012) identifica como a desconexão entre as modernizações técnicas e as necessidades concretas do circuito inferior.

Figura 4 – Entregadores descansam entre corridas*



*Entregadores no ponto de espera do Largo do Machado reunidos em volta da estação de aluguel de bicicleta compartilhada. Largo do Machado, Rio de Janeiro. 04 nov. 2025.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2025).

Contudo, seguindo a perspectiva dialética original de Santos, esta relação de dependência não é unidirecional. Montenegro (2012, p.10) ressalta que, para Santos, as atividades de um circuito comandam *inputs* do outro e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. No Largo do Machado, essa interdependência manifesta-se nas táticas de adaptação que os entregadores desenvolvem. Tozi *et al.* (2021) documentam estratégias similares entre motoristas de aplicativo. No caso dos entregadores do Largo do Machado, essas táticas assumem formas específicas, como podemos ver no comentário a seguir.

A gente tem nosso grupo no WhatsApp onde avisa quando algum restaurante tá demorando muito, ou está muito cheio. Também combinamos de não aceitar corridas de menos de 8 reais. Sozinho você não pode fazer nada, mas unido a gente consegue se ajudar. L.F., 24 anos.

Essas táticas revelam que a comunicação impõe limites à eficácia completa da informação hegemônica controlada pelas plataformas digitais (Tozi *et al*, 2021, p. 11). As práticas constituem o que os autores identificam como “abrigo”, em que se compartilham novas formas de solidariedade.

Aqui a gente se ajuda com o que dá. Se um colega fica sem dinheiro pra almoçar, a gente banca. Se quebra a bike, empresta outra. O aplicativo não dá nenhum suporte, então é nós por nós. L.F., 24 anos.

Figura 5 – Ponto Informal de sociabilidade dos entregadores*



*Entregadores no ponto de espera do Largo do Machado se reúnem de acordo com suas afinidades enquanto esperam as corridas. Largo do Machado, Rio de Janeiro. 21 out. 2025.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2025).

A dimensão espacial dessa relação dialética é particularmente significativa. Tozi *et al*. (2021) argumentam que “o trabalho precário encontra seu correlato no espaço precário” (p. 16), constatação que se materializa na experiência dos entregadores no Largo do Machado e que podemos notar no relato abaixo.

Ficamos embaixo da marquise da banca de jornal ou da árvore quando chove, quando faz sol também. Não temos banheiro, em alguma emergência usamos o do McDonald's, os caras não gostam, mas não temos o que fazer. F.S., 55 anos.

Figura 6 – Ponto Informal de sociabilidade dos entregadores*



*Entregador almoça sentado no chão à sombra de uma árvore. Largo do Machado, Rio de Janeiro. 21 out. 2025.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2025).

A perspectiva de espaço precário como fruto das relações que conectam os dois circuitos da economia urbana a partir da plataformização revela que o espaço, como Lefebvre (2021) aponta, não é meramente um palco, mas um produto social ativo. Tendo em vista que as relações sociais estabelecidas através da empresa iFood produzem espaço através do zoneamento produzido pelo algoritmo da plataforma e suas redefinições de fluxos e rotas; os entregadores, por sua vez, produzem contra-espacos através de suas táticas de apropriação e ressignificação do território. Esta dialética espacial revela-se como expressão concreta das relações sociais do capitalismo plataformizado, que gera novas formas de sociabilidade, como observamos na fala abaixo.

Aqui virou nosso ponto de encontro. Aqui a gente discute tudo: os problemas com a plataforma, a vida, política e futebol. Aqui fiz amigos, é bom saber que não estamos sozinhos. F.M., 18 anos.

A pesquisa empírica de Tozi *et al.* (2021, p.10) identifica dois perfis principais de trabalhadores. O primeiro grupo compreende “sujeitos com qualificação técnico-científica e formação em nível médio ou superior”. Na pesquisa realizada com os trabalhadores por aplicativos no Largo do Machado, não identificamos esse perfil. Os entregadores entrevistados possuíam o perfil mais alinhado ao segundo grupo descrito por Tozi *et al.* (2021, p.10), formado

por “sujeitos que tradicionalmente estavam ligados às atividades do circuito inferior”, como a fala abaixo revela.

Sempre fui camelô, trabalhei de vigia, de pedreiro. O iFood é mais um bico. A diferença é que antes eu sabia com quem estava lidando. R.S., 27 anos.

Assim, a atualização da teoria dos circuitos proposta por Montenegro (2012; 2023) e Tozi *et al.* (2021) mostra-se fundamental para compreender o trabalho por plataforma na contemporaneidade. A Geografia do trabalho dos entregadores do iFood no Largo do Machado exemplifica esta reconfiguração, em que o circuito superior se fortalece através do controle informacional e da extração de renda enquanto o circuito inferior se expande como espaço de absorção de força de trabalho precarizada. Contudo, esse mesmo circuito inferior revela-se como espaço de criatividade, resistência e construção de alternativas de sobrevivência. As táticas desenvolvidas pelos entregadores demonstram a capacidade de agência dos trabalhadores mesmo em contextos de profunda assimetria, como buscamos evidenciar por meio das próprias falas dos trabalhadores do Largo do Machado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite afirmar, com certo grau de radicalidade, que o capitalismo de plataforma, longe de inaugurar uma era de emancipação do trabalho — como faz crer a retórica do empreendedorismo e da autonomia — constitui a expressão mais acabada da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora na contemporaneidade. O iFood, tomado como objeto empírico, não é uma exceção ou uma distorção local de um modelo estrangeiro, mas a materialização exemplar de uma lógica que combina, com eficácia inédita, extração de valor, controle algorítmico e transferência de riscos. O Largo do Machado, por sua vez, revela-se como território de dupla face: palco da precariedade extrema, mas também espaço onde a subsunção real do trabalho ao capital encontra limites nas práticas cotidianas de resistência.

A hipótese central que orientou a pesquisa — de que a expansão do iFood e as condições de trabalho no Largo do Machado (re)produzem uma nova Geografia do Trabalho e tensionam a dinâmica entre os circuitos superior e inferior — foi confirmada, mas de modo a evidenciar um aprofundamento da assimetria estrutural que já havia sido identificada por Milton Santos (1979). O que a pesquisa empírica revelou é que, sob o capitalismo de plataforma, a interdependência entre circuitos não se tornou mais equi-

librada, como poderiam sugerir leituras otimistas da mediação tecnológica. Ao contrário: o circuito superior, agora potencializado por algoritmos, big data e estruturas de monopólio, subordina o circuito inferior de forma mais intensa, capilar e opaca do que no período analisado por Santos. A plataforma não apenas captura valor, mas redefine os próprios termos da reprodução social dos trabalhadores, impondo-lhes a internalização dos riscos como se fossem escolhas autônomas.

Essa internalização opera por meio do que Milton Santos denominou *psicosfera neoliberal*: um conjunto de valores — competitividade, responsabilização individual, meritocracia — que naturaliza a precariedade e converte vulnerabilidade estrutural em suposta liberdade. As falas dos entregadores entrevistados são reveladoras desse processo: a culpa pelo baixo rendimento recai sobre o próprio trabalhador, a espera interminável sob sol e chuva é vivida como “parte do trabalho”, a ausência de banheiros ou locais de descanso é aceita como inevitável. O que está em jogo, portanto, não é apenas a exploração econômica, mas a produção de subjetividades ajustadas à precarização. A plataforma não explora apenas o trabalho vivo; explora também a alma, na medida em que mobiliza afetos, ansiedades e desejos como combustível para a acumulação.

No entanto, seria equivocado concluir que os trabalhadores do circuito inferior são meros receptáculos passivos dessa violência estrutural. A pesquisa identificou formas de agência que, embora não revertam a assimetria de poder, impõem limites à eficácia completa do controle algorítmico. Os grupos de WhatsApp, os acordos informais para não aceitar corridas abaixo de determinado valor, as redes de solidariedade que garantem um almoço para o colega que ficou sem dinheiro — essas práticas, ainda que fragmentadas e defensivas, revelam que o circuito inferior não é apenas espaço de subordinação, mas também de criatividade e resistência. A questão que se coloca, contudo, é se essas táticas, por si só, são capazes de enfrentar a estrutura de poder que as plataformas representam. A pesquisa sugere que, sem organização coletiva mais ampla e sem intervenção regulatória do Estado, essas resistências permanecem no plano da sobrevivência, sem lograr transformar as condições estruturais que as produzem.

Nesse sentido, é preciso criticar a suposta neutralidade tecnológica que frequentemente acompanha os discursos sobre inovação e empreendedorismo (Tunes, 2020). O algoritmo do iFood não é uma ferramenta técnica desprovida de intencionalidade; ele é, antes, um dispositivo de poder que

concentra decisões sobre remuneração, distribuição de tarefas e avaliação do desempenho, operando sob o manto da objetividade matemática. A subordinação algorítmica constitui, assim, uma nova modalidade de controle que dispensa a supervisão direta, mas que nem por isso é menos eficaz. O trabalhador torna-se refém de um sistema que lhe atribui responsabilidade plena por resultados que não controla, em uma atualização perversa do velho ideário liberal. Do ponto de vista espacial, o Largo do Machado evidencia a produção desigual do território sob o capitalismo de plataforma. A concentração de entregadores nesse ponto não decorre apenas da lógica algorítmica que define *hotspots* de demanda, mas também da ausência de políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho. A prefeitura, o Estado, o poder público em suas múltiplas escalas — todos se fazem notar por sua ausência. O espaço público, que deveria ser garantia de cidadania, converte-se em espaço de trabalho informal, onde os entregadores ocupam calçadas, árvores e marquises como extensão da jornada laboral. A bicicleta compartilhada, que poderia ser um serviço público de mobilidade, é apropriada como ferramenta de trabalho, com os custos adicionais transferidos para o trabalhador. Essa transferência de custos — para o trabalhador, para o espaço público, para o meio ambiente — é a marca registrada do capitalismo de plataforma.

Cabe ainda uma reflexão crítica sobre os limites da própria pesquisa. A opção por um recorte local (o Largo do Machado) permitiu aprofundamento específico, mas impõe cautela quanto à generalização dos achados. O Rio de Janeiro, com suas especificidades históricas e geográficas, não é uma cidade qualquer; sua configuração urbana marcada por desigualdades profundas e por uma longa tradição de trabalho informal pode potencializar dinâmicas que, em outras cidades, assumem contornos distintos. Além disso, o recorte temporal pós-pandemia captura um momento de expansão acelerada do trabalho por aplicativos, mas não permite avaliar transformações de mais longa duração. Pesquisas futuras deveriam ampliar o escopo para outras cidades, outras plataformas e outros segmentos do trabalho digital, além de acompanhar as formas de organização coletiva que vêm emergindo, como as tentativas de sindicalização e as paralisações coordenadas, que indicam a possibilidade de uma resposta política à altura da ofensiva do capital.

Por fim, é necessário insistir em uma questão de fundo: o trabalho por plataforma não será enfrentado apenas com novidades tecnológicas ou com ajustes pontuais na legislação trabalhista. Ele exige uma crítica radi-

cal à lógica que o estrutura, no caso, a lógica da acumulação flexível, da financeirização, da transferência de riscos, da individualização das relações sociais. A reforma trabalhista de 2017, longe de regular o fenômeno, criou o terreno fértil para sua expansão desenfreada. A ausência de políticas públicas efetivas, o desmonte das instituições de proteção ao trabalho, a naturalização da precariedade como destino inevitável, tudo isso compõe o cenário no qual plataformas como o iFood florescem. Enfrentar esse fenômeno, portanto, implica não apenas regular as plataformas, mas reconstruir o próprio direito do trabalho e reafirmar o papel do Estado como garantidor de direitos fundamentais.

Em síntese, este artigo demonstrou que o trabalho por plataforma, longe de representar uma novidade absoluta, inscreve-se em processos históricos mais amplos de reestruturação produtiva e precarização estrutural, atualizados pela mediação algorítmica e pela concentração de dados. A experiência dos entregadores do iFood no Largo do Machado revela, ao mesmo tempo, a profundidade da subordinação imposta pelo capitalismo de plataforma e a persistência de formas de agência que, embora fragmentadas, apontam para a possibilidade de construção de alternativas. A teoria dos circuitos da economia urbana, em sua articulação com a crítica da economia política e com a Geografia do Trabalho, oferece um quadro analítico privilegiado para seguir acompanhando essas transformações e suas implicações para a cidade e para os sujeitos que nela produzem seu existir. O que está em jogo, no limite, é a própria possibilidade de uma vida digna em um tempo em que o trabalho se torna cada vez mais precário, e o capital, cada vez mais abstrato e onipresente. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo?: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 21-54.
- ANTUNES, R. **O novo servilismo: ensaios sobre o trabalho contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BENVENUTE, J. Subordinação algorítmica e trabalho em plataformas digitais. **Revista Brasileira de Sociologia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 45-62, 2019.
- BRENNER, N. The urbanization of neoliberalism? The variegated institutional world of 'neoliberal urbanism'. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. (Orgs.). **Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-32.
- CAMARGO, M.; MELO, R.; JACOB, F. Trabalho por aplicativos no Brasil: precarização e centralidade urbana. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, n. 2, p. 55-79, 2022.
- FIORI, J. L. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GROHMANN, R. **Trabalho, algoritmo e subjetividade: desafios do capitalismo digital**. Porto Alegre: Sulina, 2020.
- HAESBAERT, R. **Espaço e poder: a geografia das desigualdades e a centralidade dos fluxos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD contínua 2020:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua 2024:** Trabalho por meio de plataformas digitais. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IFOOD. **iFood anuncia 1.100 contratações e R\$ 17 bilhões em investimentos diretos no país até março de 2026.** São Paulo: iFood, 2024. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/releases/investimento-ifood-17-bi/>. Acesso em: 23 out. 2025.

IFOOD. **O que é o iFood?** São Paulo: iFood, 2024. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/institucional/ifood-e-uma-empresa-brasileira/>. Acesso em: 23 out. 2025.

JÚNIOR, Antonio Thomaz. POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO! (REFLEXÕES PRELIMINARES). *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/585>. Acesso em: 24 maio. 2026.

LAZZARATO, M. **Os poderes da vida imaterial.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografía Norte Grande*, Santiago, n. 39, p. 7-20, 2008.

MEIO E MENSAGEM. **Mobile investe R\$ 55 milhões na iFood.** São Paulo: Meio e Mensagem, 2013. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/proxima/arquivo/noticias/mobile-investe-r-55-milhoes-na-ifood>. Acesso em: 23 out. 2025.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. *Revista Geográfica Venezolana*, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.

MONTENEGRO, M. R. **Capitalismo de plataforma e circuitos da economia urbana:** novas articulações, novas subordinações. In: TOZI, F. (Org.). *Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais*. 1. ed. [S. l.]: OPD, 2023. p. 46-57.

MOROZOV, E. **Big Tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SADER, E. **A vingança da história.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataforma**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. A (re)produção do espaço do trabalho no início do século XXI. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 18, p. 13-48, 2002.

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. **Ar@cne**, Barcelona, v. XXV, n. 252, 1 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1344/ara2021.252.33968>.

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; LEITE, T. M. O serviço Uber Moto no Brasil: operação às margens da legalidade e vampirização das formas de transporte popular. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 268-286, ago. 2023. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em: 16 maio 2024.

UOL. **iFood anuncia investimentos diretos de R\$ 17 bilhões no Brasil até março de 2026**. São Paulo: UOL, 5 ago. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/reuters/2024/08/05/ifood-anuncia-investimentos-diretos-de-r17-bilhoes-no-brasil-ate-marco-de-2026.htm>. Acesso em: 23 out. 2025.

UNCTAD (2024). **Business e-commerce sales and the role of online platforms**. UNCTAD/DTL/ECDE/2024/3

UNCTAD (2019). **Digital Economy Report 2019**.

UNCTAD (2024). **Making e-commerce and the digital economy work for all**.

RIZEK, C. S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 21, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/89>. Acesso em: 22 mar. 2026.

PROSUS. 2025 Summary From the Annual Report for the year ended 31 march 2025. 2025. Disponível em: <https://www.prosus.com/>. Acesso em 21/03/2026.

TUNES, R. H.. Geografia e inovação: questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In: Maria Terezinha Serafim Gomes; Regina Tunes; Floriano José Godinho de Oliveira. (Org.). **Geografia da Inovação: território, redes e finanças**. 1ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2020, v. 1, p. 85-109.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Thayana Santos Simões: conceituação, análise formal, escrita-primeira redação e elaboração dos trabalhos de campo, realização das entrevistas.

Regina Tunes: supervisão, orientação quanto a busca de referências bibliográficas e metodologia, conceituação.

Pablo José Ciccolella: supervisão, busca de referências, revisão e edição, conceituação e escrita das considerações finais.

EDITORES DO ARTIGO

Roberto Moraes Pessanha

Instituto Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

robertomoraespessanha@gmail.com

Fábio Tozi

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

fabio.tozi@gmail.com

Beatriz Rufino

Universidade de São Paulo

São Paulo, São Paulo, Brasil

beatrizrufino@usp.br

Artigo recebido em: 28/04/2026

Artigo aprovado em: 20/07/2026

Artigo publicado em: 23/07/2026